

**REGULAMENTO PARA ELEIÇÃO DO DIRETOR DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS
DE SILVES****Artigo 1º – Objeto**

O presente regulamento estabelece as condições de acesso e define as normas a observar no procedimento concursal para a eleição do Diretor do Agrupamento de Escolas de Silves.

Artigo 2º – Procedimento concursal prévio à eleição

- 1- Para o recrutamento do Diretor realiza-se um procedimento concursal prévio à eleição, a ser divulgado por um aviso de abertura, nos termos do artigo seguinte.
- 2- Podem ser opositores ao concurso os candidatos que reúnam os requisitos constantes nos pontos 3, 4 e 5 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho.

Artigo 3º – Aviso de abertura

- 1- O procedimento concursal é aberto por aviso publicitado dos seguintes modos:
 - a) Em local apropriado das instalações da Escola Sede do Agrupamento;
 - b) Na página eletrónica da Escola Sede;
 - c) Na página eletrónica da Direção de Serviços da Região Algarve;
 - d) Por aviso publicado na 2.ª série do Diário da República;
 - e) Num jornal diário de expansão nacional através de anúncio que contenha referência ao Diário da República em que o aviso de abertura se encontra publicado.
- 2- O aviso de abertura contém obrigatoriamente os elementos constantes no número 3 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho.

Artigo 4º – Prazo de candidatura

As candidaturas devem ser formalizadas até dez dias úteis, após a publicação do aviso de abertura em Diário da República, entregues pessoalmente nos Serviços Administrativos da Escola Sede deste Agrupamento, ou enviados por correio registado, com aviso de receção, expedido até ao fim do prazo fixado.

Artigo 5º – Candidatura

- 1- O pedido de admissão ao procedimento concursal é efetuado por requerimento, dirigido ao Presidente do Conselho Geral Transitório, em modelo próprio disponibilizado na página eletrónica da Escola Sede (<http://www.essilves.pt>) e é acompanhado, para além de outros documentos exigidos no aviso de abertura,

pelo *curriculum vitae* e por um projeto de intervenção relativo ao Agrupamento. O *curriculum vitae* (modelo europeu) e o projeto de intervenção deverão ser entregues nos serviços administrativos da Escola Sede do Agrupamento, em suporte de papel ou remetidos por correio registado com aviso de receção, ao cuidado do Presidente do Conselho Geral.

2- É obrigatória a prova documental autenticada dos elementos constantes do currículo, com exceção daqueles que se encontrem arquivados no respetivo processo individual e este se encontre na Escola Sede do Agrupamento.

3- No projeto de intervenção os candidatos identificam os problemas, definem os objetivos e estratégias bem como estabelecem a programação das atividades que se propõem realizar no mandato.

Artigo 6º – Avaliação das candidaturas

1- As candidaturas são apreciadas por uma comissão do Conselho Geral Transitório, especialmente designada para o efeito por aquele órgão.

2- Previamente à apreciação das candidaturas, a comissão referida no número anterior procede ao exame dos requisitos de admissão ao concurso, excluindo os candidatos que os não tenham cumprido, sem prejuízo da aplicação do artigo 76.º do Código do Procedimento Administrativo.

3- Das decisões de exclusão da comissão de apreciação das candidaturas cabe recurso, com efeito suspensivo, a interpor para o Conselho Geral Transitório, no prazo de dois dias úteis e a decidir, por maioria qualificada de dois terços dos seus membros em efetividade de funções, no prazo de cinco dias úteis.

4- No prazo de 10 dias úteis após a data limite para a apresentação das candidaturas serão afixadas na escola sede, e divulgadas na sua página eletrónica, as listas com o resultado do processo concursal prévio à eleição do Diretor com os candidatos admitidos e excluídos, considerando-se esta a forma de notificação dos candidatos.

5- A comissão que procede à apreciação das candidaturas, além de outros elementos fixados no aviso de abertura, considera obrigatoriamente:

- a) A análise do *curriculum vitae* de cada candidato, designadamente para efeitos de apreciação da sua relevância para o exercício das funções de Diretor e o seu mérito;
- b) A análise do projeto de intervenção do Agrupamento, visando apreciar a relevância de tal projeto e a coerência entre os problemas diagnosticados, e as estratégias de intervenção propostas e os recursos a mobilizar para o efeito;
- c) O resultado da entrevista individual realizada com o candidato, que para além do aprofundamento de aspetos relativos às alíneas a) e b) deste ponto, deve

apreciar as motivações da candidatura e verificar se a fundamentação do Projeto de Intervenção é adequado à realidade do Agrupamento.

6- Após a apreciação dos elementos referidos no número anterior, a comissão elabora um relatório de avaliação dos candidatos, que é presente ao Conselho Geral Transitório, fundamentando, relativamente a cada um, as razões que aconselham ou não a sua eleição.

7- Sem prejuízo do disposto no n.º 5, os métodos utilizados para a avaliação das candidaturas são aprovados pelo Conselho Geral Transitório, sob proposta da comissão especialmente designada para a apreciação das candidaturas.

8- Sem prejuízo da expressão de um juízo avaliativo sobre as candidaturas em apreciação, a comissão não pode, no relatório previsto no nº 6, proceder à seriação dos candidatos.

9- A comissão pode considerar no relatório de avaliação que nenhum dos candidatos reúne condições para ser eleito.

10- Após a entrega do relatório de avaliação ao Conselho Geral, este procede à discussão e apreciação, podendo, para o efeito, antes de proceder à eleição, por deliberação tomada por maioria dos presentes ou a requerimento de pelo menos um terço dos seus membros em efetividade de funções, decidir efetuar a audição oral dos candidatos, podendo nesta sede serem apreciadas todas as questões relevantes para a eleição.

11- A notificação da realização da audição oral dos candidatos e as respetivas convocatórias são efetuadas com a antecedência de, pelo menos, oito dias úteis.

12- A falta de comparência do interessado à audição não constitui motivo para o seu adiamento, podendo o Conselho Geral, se não for apresentada justificação da falta, apreciar essa conduta para o efeito do interesse do candidato na eleição.

13- Da audiência é lavrada ata contendo a súmula do ato.

Artigo 7º – Eleição

1- Após a discussão e apreciação do relatório e a eventual audição dos candidatos o Conselho Geral Transitório procede à eleição do Diretor, considerando-se eleito o candidato que obtenha maioria absoluta dos votos dos membros do Conselho Geral Transitório em efetividade de funções.

2- No caso de o candidato ou de nenhum dos candidatos sair vencedor, nos termos do número anterior, o Conselho Geral Transitório reúne novamente, no prazo máximo de cinco dias úteis, para proceder a novo escrutínio, ao qual são admitidos consoante o caso, o candidato único ou os dois candidatos mais votados na primeira eleição, sendo considerado eleito aquele que obtiver maior

Agrupamento de Escolas de Silves**Conselho Geral Transitório**

número de votos favoráveis, desde que em número não inferior a um terço dos membros do Conselho Geral Transitório em efetividade de funções.

3. Sempre que o candidato, no caso de ser único, ou o candidato mais votado, nos restantes casos, não obtenha, na votação a que se refere o número anterior, o número mínimo de votos nele estabelecido, é o facto comunicado ao serviço competente do Ministério da Educação e Ciência, para os efeitos previstos no artigo 66.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho.

4. O resultado da eleição do Diretor é homologado pelo Diretor-Geral da Administração Escolar nos dez dias úteis posteriores à sua comunicação pelo Presidente do Conselho Geral Transitório, considerando-se após esse prazo tacitamente homologado.

5- A recusa de homologação apenas pode fundamentar-se na violação da lei ou dos regulamentos, designadamente do procedimento eleitoral.

Artigo 8º – Tomada de Posse

1- O Diretor toma posse perante o Conselho Geral Transitório, nos 30 dias subsequentes à homologação dos resultados eleitorais pelo Diretor Geral da Administração Escolar.

Artigo 9º – Disposições Finais

1- O regulamento entra em vigor após a aprovação pelo Conselho Geral Transitório.

2- A legislação subsidiária inerente a este regulamento é o Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de Abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho e o Código de Procedimento Administrativo.

3- Situações ou casos omissos neste regulamento serão resolvidos pelo Conselho Geral Transitório respeitando a lei em vigor.

Aprovado em reunião do Conselho Geral Transitório em 26 de março de 2013.

O Presidente do Conselho Geral Transitório

(Manuel António Guerreiro dos Santos Domingos)